Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		455.621

FONTE:
SIAFEM/2011

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças

ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 342780

ESTADO DO PARA – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") **R$ 1,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Recursos do FUMREAP-TCM	139.605		139.605
Recursos do Promoex - Transfer. Convênios	13.839		13.839
...			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	153.444		153.444
Receita Patrimonial – Outros Poderes	247.705		247.705
Recursos Ordinários	58.868	4.396	54.472
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	306.573	4.396	302.177
TOTAL (III) = (I + II)	460.017	4.396	455.621

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES1			

FONTE:SIAFEM/2011
Nota: 1A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças

ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 342775

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.343.089	
Pessoal Ativo	60.681.626	
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.661.463	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.297.050	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	969.514	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.833.096	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.494.440	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	60.046.039	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	60.046.039	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.426.349.999
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,5759
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,6544%	68.230.034
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 0,6217%	64.820.618

FONTE: SIAFEM/2011
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas
inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas
estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,
por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças

ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO
Controle Interno

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 341638
PORTARIA: 0097/2012
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
MARCELO DA MOTA BARATO ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO500000628
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
01032130362600000 0101000000 339030 300,00
01032130362600000 0101000000 339039 500,00
Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

PAUTA DE JULGAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 342520
O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2012, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:
01) Processo nº 750012005-00
Responsável: Francisco Feitosa Farias
Origem : Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim
Assunto : Prestação de Contas de 2005
Relator : Conselheiro Cezar Colares
02) Processo nº 1430012004-00
Responsável: Marcos Venícios Gomes
Origem : Prefeitura Municipal de Sapucaia
Assunto : Prestação de Contas de 2004
Relator : Conselheiro Cezar Colares
03) Processos nºs 200914078-00 (630012001-00)
Responsável : Eurico Paes Cândido Junior
Origem : Prefeitura Municipal de Rio Maria
Assunto : Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão da Resolução nº 9.329/2009, prestação de contas de 2001
Relator : Conselheiro Cezar Colares
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 15 de fevereiro de 2012.
a) Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE